

São Paulo, 26 de março de 2025.

Ao
Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre

Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 estabelece a obrigatoriedade de realizar, no âmbito da avaliação atuarial, a análise da viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio suplementar. Essa análise é essencial para assegurar que o plano de amortização proposto para cobrir eventuais déficits atuariais seja sustentável e compatível com a capacidade econômica do ente federativo.

A viabilidade financeira, fiscal e orçamentária é conduzida com base em informações detalhadas sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal do ente federativo. Esses dados fornecem uma visão clara da capacidade de o ente cumprir com os aportes necessários ao plano de custeio suplementar, sem comprometer o equilíbrio fiscal ou gerar impactos excessivos em seu orçamento.

A Receita Corrente Líquida é utilizada para calcular o percentual das receitas que será destinado ao pagamento das contribuições suplementares, assegurando que os compromissos previdenciários estejam em sintonia com as receitas disponíveis. A Despesa Total com Pessoal é analisada para verificar se a execução do plano respeita os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando que o custeio suplementar coloque em risco a gestão fiscal do ente.

Dessa forma, a avaliação atuarial incorpora essa análise obrigatória para garantir que o plano de custeio suplementar seja economicamente viável, tanto no curto quanto no longo prazo, resguardando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência próprio.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e à Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao confronto dessas informações com o plano de custeio

apresentado no item **9.2**. Verificou-se que o plano atende ao Limite Máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período analisado.

É importante destacar a distinção estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto à forma de amortização do déficit atuarial. A LRF define que aportes em valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são considerados recursos vinculados ao RPPS e não configuram despesa com pessoal para fins de observância dos limites fiscais. Em contraste, a amortização do déficit realizada por meio de alíquotas aplicadas sobre a folha de pagamento é classificada como encargo social e, portanto, computada como despesa com pessoal, sujeita aos limites impostos pela LRF.

Os aportes em valores preestabelecidos devem ser administrados e contabilizados de forma segregada, permanecendo aplicados por um período mínimo de 5 anos antes de serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários.

No que diz respeito à capacidade do ente federativo de suportar o ônus do plano de amortização, deve-se enfatizar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor sobre variáveis específicas da administração municipal, as quais estão além do escopo da avaliação atuarial. Esta última se concentra em retratar um momento específico, capturando os valores dos ativos garantidores e calculando as provisões matemáticas com base em dados cadastrais de um determinado período. A avaliação utiliza hipóteses e premissas predefinidas para projetar o tamanho do compromisso futuro com cada segurado, trazendo esse compromisso para o presente mediante o uso de novas hipóteses e taxas de desconto. O objetivo é fornecer ao RPPS uma estimativa clara de sua responsabilidade e sugerir abordagens adequadas para o tratamento dessa obrigação.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	84 601 572,25
Pessoal Ativo	69 123 089,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	15 478 483,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21 085 491,60
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	882 510,03
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4 724 498,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15 478 483,22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	63 516 080,65
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	63 516 080,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	139 715 702,30
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,5%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,6%

01 - Histórico

Ente:	Alegre
Ano base da Avaliação	2025
Data Base:	31/12/2024
Data Cálculo:	31/12/2024

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2024)		28 323 616,15
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2024)		18 403 569,12
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	35 192 464,50	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		-3 613 039,97
Resultado Atuarial		-23 539 677,72
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3,10%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	0,21%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2014	61 155 123,13	39 579 518,29	6,41%	85,90%	106 839 269,80	69 146 240,20		
2015	65 200 177,58	43 009 509,11	10,67%	74,70%	102 924 066,06	67 894 194,79	-3,66%	-1,81%
2016	66 680 475,79	42 932 520,60	6,29%	57,86%	99 031 746,73	63 762 030,13	-3,78%	-6,09%
2017	67 779 419,96	44 269 944,96	2,95%	48,52%	97 779 372,58	63 864 332,93	-1,26%	0,16%
2018	68 182 437,77	46 194 641,63	3,75%	44,26%	94 805 562,14	64 232 214,49	-3,04%	0,58%
2019	70 492 955,80	37 280 303,87	4,31%	39,05%	93 968 234,78	49 695 239,86	-0,88%	-22,63%
2020	80 178 777,64	36 133 307,30	4,52%	33,30%	102 257 548,63	46 083 309,54	8,82%	-7,27%
2021	89 187 504,06	40 167 920,84	10,06%	27,54%	103 349 992,20	46 546 367,11	1,07%	1,00%
2022	98 220 361,14	40 541 079,52	5,78%	15,88%	107 598 050,30	44 411 780,44	4,11%	-4,59%
2023	132 438 018,75	60 291 813,58	4,62%	9,55%	138 675 849,43	63 131 558,00	28,88%	42,15%
2024	139 715 702,30	63 516 080,65	4,71%	4,71%	139 715 702,30	63 516 080,65	0,75%	0,61%

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

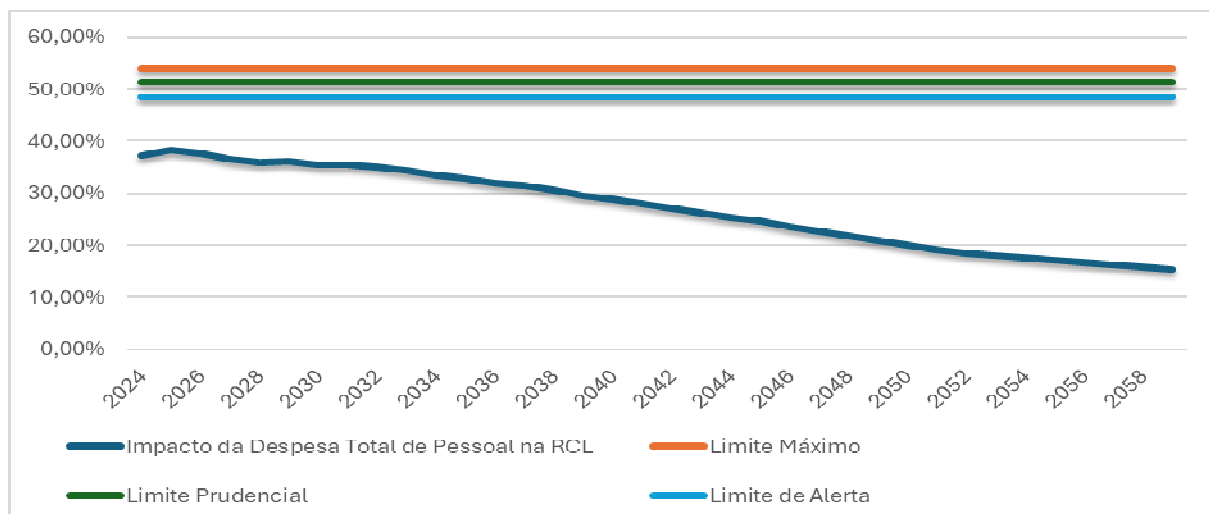
Ente: Alegre

Impacto do deficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

-19,43%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139901)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2024	0	139 715 702,30	35 192 464,50	20 980 370,80	15 478 483,22	4 615 681,58	11 519 649,78	-	-	(834 700,05)	52 162 495,90	90 639 063,58
2025	1	144 046 565,46	35 267 000,71	21 190 174,51	22 828 793,10	4 661 838,39	13 140 027,21	-	-	(2 101 934,03)	55 170 800,35	93 141 957,72
2026	2	148 511 675,35	35 341 694,79	21 402 076,26	23 418 563,94	4 708 456,78	13 271 427,49	-	-	(2 484 436,28)	55 806 015,33	95 381 168,05
2027	3	153 115 193,31	35 416 547,06	21 616 097,02	23 669 037,70	4 755 541,34	13 404 141,76	-	-	(2 525 568,76)	56 101 798,93	97 693 284,21
2028	4	157 861 409,66	35 491 557,87	21 832 257,99	24 289 382,92	4 803 096,76	13 538 183,18	-	-	(2 934 479,29)	56 767 317,10	99 704 823,61
2029	5	162 754 747,72	35 566 727,55	22 050 580,57	26 202 387,50	4 851 127,73	13 673 565,01	-	-	(4 633 934,84)	58 725 355,12	100 076 624,58
2030	6	167 799 767,93	35 642 056,43	22 271 086,38	27 083 525,09	4 899 639,00	13 810 300,66	-	-	(5 299 387,90)	59 651 383,99	99 784 980,91
2031	7	173 001 172,08	35 717 544,86	22 493 797,24	28 629 267,26	4 948 635,39	13 948 403,67	-	-	(6 627 288,70)	61 241 872,62	98 116 318,91
2032	8	178 363 807,71	35 793 193,17	22 718 735,21	29 763 551,80	4 998 121,75	14 087 887,70	-	-	(7 541 553,45)	62 420 756,07	95 424 126,32
2033	9	183 892 672,62	35 869 001,70	22 945 922,56	30 458 134,89	5 048 102,96	14 228 766,58	-	-	(8 013 916,56)	63 159 787,80	92 109 052,21
2034	10	189 592 919,54	35 944 970,79	23 175 381,79	30 848 105,50	5 098 583,99	14 371 054,25	-	-	(8 179 444,99)	63 594 054,02	88 453 800,76
2035	11	195 469 860,92	36 021 100,77	23 407 135,61	31 348 849,88	5 149 569,83	14 514 764,79	-	-	(8 453 502,76)	64 138 938,16	84 329 568,34
2036	12	201 528 973,86	36 097 392,00	23 641 206,96	31 672 727,04	5 201 065,53	14 659 912,44	-	-	(8 548 426,45)	64 506 796,43	79 895 987,14
2037	13	207 775 905,27	36 173 844,81	23 877 619,03	32 711 764,77	5 253 076,19	14 806 511,56	-	-	(9 356 221,17)	65 589 653,73	74 405 964,83
2038	14	214 216 477,08	36 250 459,55	24 116 395,22	32 548 093,12	5 305 606,95	14 954 576,68	-	-	(8 958 994,09)	65 469 637,26	69 041 191,18
2039	15	220 856 691,77	36 327 236,55	24 357 559,18	32 429 991,97	5 358 663,02	15 104 122,44	-	-	(8 605 001,95)	65 395 023,96	63 763 757,91
2040	16	227 702 737,60	36 404 176,16	24 601 134,77	32 516 576,31	5 412 249,65	15 255 163,67	-	-	(8 453 336,39)	65 524 925,86	58 370 627,93
2041	17	234 760 995,07	36 481 278,73	24 847 146,11	32 478 161,40	5 466 372,15	15 407 715,31	-	-	(8 174 289,08)	65 529 655,26	52 986 509,90
2042	18	242 038 042,16	36 558 544,59	25 095 617,58	32 239 463,50	5 521 035,87	15 561 792,46	-	-	(7 692 552,46)	65 333 925,38	47 819 765,46
2043	19	249 540 660,86	36 635 974,11	25 346 573,75	32 291 045,48	5 576 246,23	15 717 410,38	-	-	(7 498 665,33)	65 428 296,04	42 586 320,38
2044	20	257 275 843,37	36 713 567,61	25 600 039,49	32 004 996,93	5 632 008,69	15 874 584,49	-	-	(6 964 692,97)	65 184 853,76	37 631 571,66
2045	21	265 250 798,61	36 791 325,46	25 856 039,88	31 890 670,02	5 688 328,77	16 033 330,33	-	-	(6 599 963,02)	65 112 947,59	32 796 252,37
2046	22	273 472 959,00	36 869 247,99	26 114 600,28	31 366 827,48	5 745 212,06	16 193 663,64	-	-	(5 823 213,41)	64 631 337,10	28 509 109,74
2047	23	281 949 987,31	36 947 335,56	26 375 746,29	30 697 127,24	5 800 690,82	16 355 600,27	-	-	(4 898 077,03)	64 003 677,04	24 950 520,38
2048	24	290 689 783,87	37 025 588,52	26 639 503,75	30 059 229,87	5 860 664,18	16 519 156,27	-	-	(4 002 189,16)	63 407 624,78	22 127 931,70
2049	25	299 700 493,88	37 104 007,21	26 903 898,79	29 252 827,48	5 919 297,73	16 684 347,84	-	-	(2 935 261,37)	62 642 914,14	20 254 609,81
2050	26	308 990 515,02	37 182 591,99	27 174 957,77	28 565 204,85	5 978 490,71	16 851 191,32	-	-	(1 984 417,63)	61 996 691,64	19 260 279,59
2051	27	318 568 505,31	37 261 343,21	27 446 707,35	27 791 604,86	6 038 275,62	17 019 703,23	-	-	(945 009,76)	61 264 331,82	19 280 961,45
2052	28	328 443 391,11	37 340 261,22	27 721 174,43	26 943 957,01	6 098 658,37	17 189 900,26	-	-	171 104,04	60 628 819,86	20 447 504,28
2053	29	338 624 375,49	37 419 346,38	27 998 386,17	26 140 410,19	6 159 644,96	17 361 799,26	-	-	2 300 649,96	60 940 790,60	22 776 324,57
2054	30	349 120 946,82	37 498 599,03	28 278 370,03	25 359 423,82	6 221 241,41	17 535 417,26	-	-	2 300 649,96	61 255 257,70	26 306 804,32
2055	31	359 942 887,54	37 578 019,54	28 561 153,73	24 659 359,41	6 283 453,82	17 710 771,43	-	-	3 277 315,10	61 572 244,79	31 020 516,17
2056	32	371 100 283,35	37 657 608,26	28 846 765,27	23 956 788,64	6 346 288,36	17 887 879,14	-	-	4 259 252,62	61 891 775,76	36 983 086,11
2057	33	382 603 532,60	37 737 365,55	29 135 232,92	23 200 486,17	6 409 751,24	18 066 757,93	-	-	5 297 715,50	62 213 874,72	44 318 514,37
2058	34	394 463 355,93	37 817 291,75	29 426 585,25	22 488 274,30	6 473 848,76	18 247 425,51	-	-	6 294 909,39	62 538 566,02	53 053 174,56
2059	35	406 690 806,31	37 897 387,24	29 720 851,10	21 817 966,02	6 538 587,24	18 429 899,77	-	-	7 253 049,51	62 865 874,25	63 219 560,62

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2024	0	37,33%	-27,22%	
2025	1	38,30%	-25,34%	2,76%
2026	2	37,58%	-26,75%	2,40%
2027	3	36,64%	-28,58%	2,42%
2028	4	35,96%	-29,90%	2,06%
2029	5	36,08%	-29,66%	0,37%
2030	6	35,55%	-30,70%	-0,29%
2031	7	35,40%	-30,99%	-1,67%
2032	8	35,00%	-31,78%	-2,74%
2033	9	34,35%	-33,05%	-3,47%
2034	10	33,54%	-34,62%	-3,97%
2035	11	32,81%	-36,04%	-4,66%
2036	12	32,01%	-37,60%	-5,26%
2037	13	31,57%	-38,46%	-6,87%
2038	14	30,56%	-40,42%	-7,21%
2039	15	29,61%	-42,28%	-7,64%
2040	16	28,78%	-43,91%	-8,46%
2041	17	27,91%	-45,59%	-9,22%
2042	18	26,99%	-47,38%	-9,75%
2043	19	26,22%	-48,89%	-10,94%
2044	20	25,34%	-50,61%	-11,63%
2045	21	24,55%	-52,15%	-12,85%
2046	22	23,63%	-53,93%	-13,07%
2047	23	22,70%	-55,75%	-12,48%
2048	24	21,81%	-57,48%	-11,31%
2049	25	20,90%	-59,26%	-8,47%
2050	26	20,06%	-60,89%	-4,91%
2051	27	19,23%	-62,51%	0,11%
2052	28	18,46%	-64,02%	6,05%
2053	29	18,00%	-64,92%	11,39%
2054	30	17,55%	-65,80%	15,50%
2055	31	17,11%	-66,65%	17,92%
2056	32	16,68%	-67,49%	19,22%
2057	33	16,26%	-68,30%	19,83%
2058	34	15,85%	-69,10%	19,71%
2059	35	15,46%	-69,87%	19,16%



Importante mencionar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos, e não por incidência de alíquota, configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.

Diante desse cenário, manifestamos nosso entendimento quanto à adequação do plano de custeio em vigor, considerando a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, bem como os recursos técnicos atuariais disponíveis. Reiteramos, contudo, a complexidade gerada pela manipulação de incertezas inerentes aos dados, premissas, estimativas e projeções, cujos impactos são imprevisíveis. Esses fatores influenciam diretamente as decisões a serem tomadas pelos poderes municipais, que enfrentam variáveis dinâmicas relacionadas à arrecadação, gestão de pessoal, dissídios coletivos e outras componentes que vão além do alcance de um estudo atuarial, posicionado em uma data fixa e limitada no contexto da intrincada administração pública.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Escritório Técnico Atuarial
Richard Mendes Dutzmann
Sócio - Diretor